

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**Secretaria-Geral**

Aviso n.º 10 142/2005 (2.ª série). — Por despacho de 2 de Novembro de 2005 do secretário-geral da Presidência da República:

Maria Alexandra da Conceição Marques Ribeiro — nomeada, precedendo concurso, técnica superior principal de arquivo, da carreira técnica superior, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência da República, ficando exonerada da anterior categoria na data da aceitação do novo lugar. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Novembro de 2005. — O Secretário-Geral, *José Vicente de Bragança*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS**Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local**

Despacho n.º 23 443/2005 (2.ª série). — Considerando a necessidade de reforço e coordenação que o significativo acréscimo de tarefas implica no trabalho prestado pelo meu Gabinete determino:

1 — Ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, requisito o assistente administrativo especialista Luís Filipe Cordeiro da Silva, pertencente ao quadro da Direcção-Geral do Tribunal de Contas, para o desempenho de funções de apoio administrativo no meu Gabinete.

2 — A presente nomeação é feita pelo prazo de um ano, renovando-se automaticamente por iguais períodos de tempo, salvo decisão em contrário.

3 — A remuneração anual é equiparada ao vencimento anual ilíquido do cargo de secretário pessoal do Gabinete, paga em 14 prestações.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Novembro de 2005.

2 de Novembro de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, *Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA**Serviço de Estrangeiros e Fronteiras**

Despacho n.º 23 444/2005 (2.ª série). — *Delegação de competências.* — I — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, delegeo no coordenador do Gabinete de Inspeção, inspector superior licenciado António Jorge Nunes Portas, as seguintes competências:

- Decidir sobre a realização de inspeções ordinárias aos serviços;
- Determinar a instauração e instrução de processos disciplinares e nomear os respectivos instrutores;
- Autorizar deslocações em serviço em território nacional, nos termos previstos na lei, relativamente ao pessoal que desempenha funções no Gabinete de Inspeção;
- Dirigir-se a quaisquer departamentos do Estado e outras entidades públicas ou particulares para efeitos de obtenção de elementos respeitantes aos processos que corram os seus termos pelo Gabinete de Inspeção.

II — Ratifico todos os actos praticados desde 11 de Maio de 2005 pelo licenciado referido no n.º I que se enquadrem nos poderes ora conferidos.

31 de Outubro de 2005. — O Director-Geral, *Manuel Jarmela Palos*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas**

Despacho n.º 23 445/2005 (2.ª série). — Nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 48/94, de 24 de Fevereiro,

e dos n.ºs 2 e 4 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 381/97, de 30 de Dezembro, é Shakhauoth Hossain nomeado para o cargo de cônsul honorário de Portugal em Dacca, Bangladesh.

16 de Outubro de 2005. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**Gabinete do Ministro**

Despacho n.º 23 446/2005 (2.ª série). — *Nomeação, em comissão de serviço, no cargo de subdirector-geral do quadro de pessoal dirigente da Direcção-Geral dos Impostos.* — 1 — Nos termos do disposto nos artigos 18.º e 19.º, n.ºs 3 e 4, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, encontrando-se preenchidos os requisitos legais exigíveis e considerando o currículo em anexo, demonstrativo da competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das funções inerentes ao cargo em que é investido, nomeio o licenciado António José de Magalhães Machado para exercer, em comissão de serviço, o cargo de subdirector-geral do quadro de pessoal dirigente da Direcção-Geral dos Impostos.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Novembro de 2005, inclusive.

26 de Outubro de 2005. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

ANEXO**Nota curricular**

Nome — António José de Magalhães Machado.

Ano de nascimento — 1948.

Estado civil — casado.

Residência — Vila Nova de Gaia — Praceta de Casais, 106, 4405-631 Gulpilhares.

Bilhete de identidade n.º 979323, emitido no Porto, em 29 de Março de 2001, válido até 29 de Abril de 2011.

Contribuinte n.º 166990132.

Habilitações:

Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto;

Curso de administração tributária pelo Instituto Nacional de Administração/Oeiras — Lisboa;

Curso de pós-graduação em auditoria tributária pela Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Brasil.

Actividade profissional:

Director coordenador da Agência Portuguesa para o Investimento (2002-2005);

Assessor do conselho de administração da AEP — Associação Empresarial de Portugal (1999-2002);

Docente do MBA da Escola de Gestão do Porto;

Membro de estrutura de coordenação da reforma fiscal, Ministério das Finanças (2000-2001);

Gestor tributário da Direcção-Geral dos Impostos, Ministério das Finanças (1997-1998);

Assessor do conselho de administração do Banco de Fomento e Exterior (1993-1997);

Docente do curso de pós-graduação em Gestão e Fiscalidade do IESF (1994-1995);

Director de finanças do distrito do Porto, Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, Ministério das Finanças (1986-1992);

Director de finanças do distrito de Aveiro, Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, Ministério das Finanças (1985-1986);

Director de finanças do distrito de Vila Real, Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, Ministério das Finanças (1982-1984);

Director dos Serviços de Inspeção Tributária do Distrito de Lisboa, Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, Ministério das Finanças (1983-1984);

Perito para os estudos da reforma fiscal da tributação das pessoas colectivas (1982-1985);

Monitor de módulos de gestão em cursos de administração tributária para quadros dirigentes superiores da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, Ministério das Finanças;